Afinal, o que é o tempo?

João Paulo Pimenta*

À sedutora pergunta "o que é o tempo?", Santo Agostinho pode oferecer, se não exatamente uma resposta clara, ao menos um alento. Sua afirmação, elaborada em algum momento entre fins do século IV d.C. e começos do seguinte, é a de que ele pareceria saber do que se tratava o tempo somente se ninguém o perguntasse; caso contrário, não saberia explicá-lo. Universalizando sua afirmação, Santo Agostinho parece nos envolver, inclusive quando nossa tarefa é, precisamente, a de explicar o que é o tempo (daí o considerável número de obras que, voltadas ao tema, evocam o célebre bispo de Hipona - do mesmo modo, aliás, que aqui o fazemos). Afinal, todo mundo parece saber algo sobre o tempo e, mesmo assim, ele continua fugidio.

A fim de minimizar riscos de excessivas fragmentações e descontextualizações, vale a pena ler, na íntegra, o breve capítulo 14 ("O que é o tempo?"), parte do livro XI das *Confissões* ("O homem e o tempo"), no qual, como em todo o livro, Santo Agostinho se dirige diretamente a Deus:

> "Não houve tempo nenhum em que não fizésseis alguma coisa, pois fazíeis o próprio tempo.
>
> Nenhuns tempos Vos são coeternos, porque Vós permaneceis imutável, e se os tempos assim permanecessem, já não seriam tempos. Que é, pois, o tempo? Quem poderá explica-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e mais batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém mo perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro, e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente.
>
> De que modo existem aqueles dois tempos – o passado e o futuro -, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse para o pretérito, já não seria tempo, mas

*Professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

> eternidade. Mas se o presente, para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa da sua existência é a mesma pela qual deixará de existir? Para que digamos que o tempo verdadeiramente existe, porque tende a não ser?" [1]

Esse é só começo de uma longa argumentação que, para todos os efeitos, enseja muitas perguntas e também muitas respostas. Inclusive a de que o tempo que não se explica "clara e brevemente", é algo que se reporta a Deus, é um tempo de tudo, que não muda, é uma *eternidade*. Um tempo que não se confunde, portanto, com o tempo próprio dos homens, e que a eles é facultada apenas em uma operação espiritual[2].

É assim que aquilo que poderia ser indefinível se converte, em uma leitura histórica de Santo Agostinho, em uma definição. Evidentemente, uma definição de acordo com padrões de pensamento e dos limites conceituais estabelecidos por uma determinada época, das condições de ação intelectual de uma determinada sociedade, bem como dos condicionamentos parcialmente materiais que a envolvem. Pode-se acrescentar: o tempo é sempre uma pluralidade dinâmica, simultânea, assimétrica e hierarquizada de tempos sociais[3]. Nesses termos, a discussão agostiniana-cristã em torno do tempo – ainda atual – é um, dentre muitos exemplos, de manifestação social em relação ao tempo, passível de análise do ponto de vista da História.

Uma "História Social do Tempo" em contornos gerais e preliminares foi o escopo e o título de uma disciplina optativa de graduação que ministramos junto ao Departamento da História da Universidade de São Paulo em três semestres entre 2013 e 2017. Nela, o esforço de cerca de 450 alunos - muitos assíduos, inteligentes e corajosos - foi direcionado para a elaboração de trabalhos temáticos que versassem sobre temas e fontes dos mais variados,

1 AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. São Paulo: Abril, 1973, p.243-244 (Coleção *Os pensadores*, v.VI. Trad.: J. Oliveira Santos, S.J., & Ambrósio de Pina, S.J.).

2 WILBERDING, James G. Eternity in Ancient Philosophy. MELAMED, Yitzhak Y. (ed.). *Eternity*: a history. New York: Oxford University Press, 2016, p.14-55.

3 Como bem nos ensinam, dentre outros: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1976; e KOSELLECK, Reinhart. *Futuro pasado:* para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, 1993.

mas que convergissem para um duplo tratamento do tempo: este, como pressuposto inescapável da análise histórica, mas também objeto social a ser problematizado por essa análise. Dentre muitos excelentes resultados, alguns puderam se converter em artigos acadêmicos.

Um primeiro grupo formado por cinco artigos foi publicado pela revista *Hydra*, do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo[4]. Outros seis foram acolhidos nesta edição de *Epígrafe*: o de autoria de Ana Carolina Lebre, sobre o grande poeta russo Vladimir Maiakóvski; o de Celso Marçal Vieira, sobre uma imagem de um estádio de futebol inglês da década de 1970; o de Hermano Pinto Neto, a respeito de um texto bizantino do século XIII d.C.; o de Juliana Zanezi, sobre o célebre romance de Margaret Atwood, *The Handmaid's Tale*; o de Maria Clara Laet, que analisa uma peça de dança da grande coreógrafa Martha Graham; e o de Roberta Quirino Lopes, voltado a *Watchmen*, obra *comic* de grande circulação em todo o mundo nas últimas décadas.

Em seu conjunto, este inusual dossiê acadêmico apresenta análises de épocas e espaços variados, assim como empreendidas de modos singulares por seus respectivos autores. De comum a todos eles, destacam-se convergências no que concerne à dupla problematização acima enunciada – o tempo como pressuposto, o tempo como objeto. Além, claro, do fato de apresentarem contribuições historiográficas fortemente originais, das quais emanam auspiciosas expectativas relativas a historiadores que estão apenas começando sua trajetória profissional. Que seus esforços ensejem novos enfrentamentos à velha e ainda atual pergunta, e para a qual a disciplina histórica tem tantas respostas: afinal, "o que é o tempo?".

4PAULINO, Mariana Ferraz. Os reformismos ilustrados português e espanhol: propostas para a compreensão de transformações comuns sob o prisma discursivo do "tempo"; SILVA, João Gabriel Covolan. Épico império: a questão dos tempos históricos em *Caramuru*; ALBUQUERQUE, Larissa. Uma análise do tempo na música popular brasileira: o álbum *Alucinação* (1976), de Belchior; MOHALLEM, Lucas da Costa. As formas do tempo no pensamento geográfico: a histórica como possibilidade em *Por uma outra globalização*; MIGUEL, Lievin Pontes. "Bomba explode na cabeça, estraçalha ladrão/fritou logo o neurônio que apazigua a razão": análise das temporalidades e de suas quebras *Branco sai, preto fica* (2015), de Adirley Queirós. Todos em: *Hydra*, v.4, n.2, julho de 2018, "Dossiê História do Tempo no Brasil" (http://www.hydra.sites.unifesp.br/index.php/pt/numeros/69-numero-4-volume-2-julho-2018). No texto de apresentação, discorri com algum vagar sobre as bases teórico-metodológicas dessa abordagem: PIMENTA, João Paulo. Apontamentos para uma história do tempo no Brasil (apresentação do dossiê).